

Haddad: 'Se eu for viajar, a data de saída é uma, se não for, é outra'

Ministro afirmou que sua saída dependerá da possível viagem do presidente Lula aos EUA

Por Martha Imenes

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que sua saída do governo dependerá da possível viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos Estados Unidos para reunião com o presidente americano, Donald Trump. O encontro está previsto para ocorrer entre os dias 15 e 20 de março, mas ainda não há confirmação oficial.

Haddad informou que se reunirá com Lula para definir se integrará a comitiva presidencial. "Se eu for viajar, a data de saída é uma, se não for, é outra", declarou o ministro, após retornar de compromissos na Índia e na Coreia do Sul.

Desde o fim de 2025, Haddad manifesta intenção de deixar a pasta para colaborar com a campanha de reeleição de Lula. Inicialmente cogitada para fevereiro, a saída deve ocorrer apenas em março. Antes disso, o ministro pretende

concluir estudos sobre alternativas de financiamento para a tarifa zero no transporte público e regulamentar a tributação de criptoativos.

O nome mais cotado para assumir o comando da Fazenda é o do atual secretário-executivo, Dario Durigan. Caso a mudança se confirme, Rogério Ceron, secretário do Tesouro Nacional, deve assumir a secretaria-executiva.

Apesar de negar publicamente qualquer candidatura em 2026, Haddad enfrenta pressão dentro do PT para disputar o governo de São Paulo ou uma vaga no Senado. O ministro, no entanto, insiste que não pretende concorrer nas próximas eleições.

Imposto sobre importados
No mesmo dia, Haddad justificou o aumento do imposto de importação sobre mais de mil produtos, incluindo smartphones e equipamentos industriais. Segundo ele, a medida tem caráter regulatório e busca proteger a

produção nacional.

De acordo com o ministro, mais de 90% dos itens afetados já são fabricados no Brasil, o que reduziria o impacto sobre os consumidores. "Qual é o objetivo? Trazer essa empresa para o território nacional. Não tem impacto, a não ser na proteção da produção nacional", afirmou.

O reajuste pode elevar tarifas em até 7,2 pontos percentuais e deve reforçar o caixa federal em cerca de R\$ 14 bilhões por ano, ajudando o governo a cumprir a meta fiscal de 2026.

Setores atingidos

- Smartphones
- Máquinas e equipamentos industriais (caldeiras, geradores, turbinas, fornos, robôs, empilhadeiras, tratores)
- Plataformas de perfuração e navios
- Equipamentos médicos (ressonância magnética, tomógrafos, aparelhos laboratoriais)

A medida gerou críticas da

oposição e de setores empresariais, que alertam para aumento de custos e impacto nos preços. O governo, por sua vez, sustenta que a iniciativa corrige distorções e fortalece a indústria nacional.

No caso dos celulares, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços informou que 95% dos aparelhos vendidos no Brasil são produzidos localmente. Apenas 5% são importados. Marcas como Xiaomi podem ser afetadas, enquanto Apple, Samsung e Motorola não devem sofrer impacto.

A decisão mantém tarifa zero para componentes importados sem produção similar no país, medida considerada estratégica para evitar encarecimento da indústria local.

Data center

A medida provisória (MP) que instituiu o regime especial de tributação perdeu validade após o presidente do Senado, Davi

Alcolumbre, decidir não votar o texto dentro do prazo, que acabou na quarta-feira (25). Segundo Haddad, o governo agora buscará diálogo com os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado para avaliar se há espaço para retomar a proposta.

"Vamos ter que entender se há uma indisposição ou se há negociação possível para aprovar um projeto que pode trazer bilhões de reais para o Brasil", declarou o ministro após acompanhar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Índia e à Coreia do Sul.

Segundo Haddad, a equipe econômica estuda alternativas para restabelecer o programa sem violar a legislação fiscal que restringe a concessão de novos benefícios tributários.

Haddad classificou o regime especial como uma questão de "soberania digital". Segundo ele, o objetivo é atrair investimentos e garantir que dados sensíveis de brasileiros sejam processados no país.

Juros bancários avançam em janeiro e pressionam famílias e empresas

Os juros médios cobrados por bancos e instituições financeiras voltaram a subir em janeiro, segundo dados divulgados pelo Banco Central (BC). O movimento acompanha a manutenção da taxa Selic em 15% ao ano, o maior nível desde julho de 2006, e reflete diretamente no custo do crédito para famílias e empresas.

A taxa média de juros para consumidores chegou a 61% ao ano, alta de 0,9 ponto percentual (p.p.) no mês e de 6,7 p.p. em 12 meses. O destaque foi o cartão de crédito parcelado, que alcançou 194,9% ao ano. No crédito rotativo, apesar da queda de 13,7 p.p. em janeiro, os juros seguem os mais altos do mercado: 424,5% ao ano.

Outras modalidades também registraram aumento, segundo

levantamento do Banco Central: crédito pessoal não consignado (1,5 p.p.), financiamento de veículos (1,3 p.p.) e crédito consignado para trabalhadores do setor privado (1,2 p.p.).

Já a taxa média de juros para companhias ficou em 25,2% ao ano, com alta de 1,6 p.p. no mês e 1,1 p.p. em 12 meses.

Entre os principais impulsores do resultado estão o capital de giro de longo prazo (1,8 p.p.), o cheque especial (+25,9 p.p.) e o cartão rotativo empresarial (+63,9 p.p.).

Para pessoas físicas, os juros permaneceram estáveis em 11,2% ao ano, com leve recuo de 0,1 p.p. em 12 meses.

Para empresas, houve alta de 0,8 p.p. no mês, mas queda de 0,7 p.p. em



Arquivo

Cartão de crédito parcelado alcançou 194,9% ao ano

um ano, resultando em 13% ao ano.

Impacto

Considerando crédito livre e direcionado, a taxa média das novas contratações atingiu 32,8% ao

ano em janeiro, avanço de 0,7 p.p. no mês e 2,9 p.p. em 12 meses. O spread bancário — diferença entre o custo de captação e os juros cobrados — chegou a 21,9 p.p., ampliando a margem de lucro das

instituições financeiras.

O cenário reforça o impacto da política monetária do BC: juros mais altos encarecem o crédito, reduzem o consumo e ajudam a conter a inflação.